

**Ata da Audiência Pública para discussão e elaboração da LOA –
Lei Orçamentária Anual para o Exercício Financeiro de 2017.**

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezesseis, nas dependências da Câmara Municipal de Conchal, localizada à Rua Dr. Altino Arantes, 292 - Centro, nesta cidade, às 16h30min, foi aberta a Audiência Pública para discussão e elaboração da LOA – Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2017.

Dando início, o Prefeito Valdeci Aparecido Lourenço agradeceu a presença de todos e salientou que a Audiência estava sendo realizada para dar cumprimento ao disposto no artigo 48, da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, a qual determina que seja assegurado incentivo à participação popular na elaboração da referida Lei e, é através desta audiência, que os munícipes tem a oportunidade de contribuir com o Poder Público indicando quais serão os investimentos a serem desenvolvidos no ano de 2017. Disse ainda, que é importante que a comunidade participe e opine sobre os investimentos que serão feitos em nossa cidade, até porque, são os próprios cidadãos que mais conhecem as necessidades específicas de cada bairro.

Em seguida, o Sr. Prefeito passou a palavra a Sra. Dalva Suely Guerra Pulz – Diretora de Finanças da Prefeitura, solicitando que a mesma conduzisse os trabalhos e solicitou que o Sr. André Caleffi lavrasse a ata da audiência.

A Presidente saudou os populares presentes e iniciou as explicações, dizendo que a LOA estabelece a previsão de todas as receitas a serem arrecadadas no exercício financeiro e fixa todos os gastos que os Poderes e os órgãos estão autorizados a executar. Salientou ainda, que os principais objetivos da Lei Orçamentária são:

- corrigir as imperfeições do mercado ou atenuar seus efeitos;
- manter a estabilidade econômica e social;
- fomentar o crescimento econômico;
- melhorar a distribuição de renda;
- universalizar o acesso aos bens e serviços públicos produzidos pelo próprio setor público; e,
- assegurar o cumprimento das funções elementares do Município.

Na sequência, iniciou a leitura do anteprojeto elaborado pelo Executivo.

Durante a leitura, a Presidente explicou que a proposta Orçamentária para 2017 foi orçada em R\$ 93.500.000,00 (noventa e três milhões e quinhentos mil reais) e mantém o nível de investimentos do Município em torno de 5% do Orçamento, conforme índice da inflação previsto para 2017.

Falou também, que a peça orçamentária estava dividida em três partes, com os seguintes valores:

- Executivo – R\$ 74.500.000,00.
- Legislativo – R\$ 2.500.000,00; e,
- ConchalPrev – R\$ 16.500.000,00.

Na sequência, explicou que tais valores serão investidos nas prioridades que cada ente possui, sendo que o Poder Executivo possui alguns percentuais mínimos de aplicação dos recursos exigidos por Lei, por exemplo, 25 % na manutenção da Educação Básica e 15% na Saúde, porém, salientou que os investimentos para essas duas áreas estão estimadas em 29,42% e 25,08% respectivamente. Além disso, o limite máximo para despesas com pessoal é de 54%, mas a previsão de gastos com a folha de pagamento foi estimada em 49,77% da Receita Corrente Líquida do Município.

Acrescentou ainda, que a Lei exige a aplicação mínima de 60% dos recursos do FUNDEB no Magistério, para o pagamento de professores e diretores da rede municipal de ensino.

Além disso, mencionou que os maiores investimentos do Poder Público estão distribuídos da seguinte forma:

- Educação..... R\$ 26.703.000,00
- Saúde..... R\$ 18.279.000,00
- Saneamento Básico e Meio Ambiente.....R\$ 4.719.000,00
- Obras e Serviços Públicos.....R\$ 4.394.000,00
- Promoção e Assistência Social.....R\$ 2.755.000,00
- Segurança Pública.....R\$ 2.879.000,00
- Previdência Social..... R\$ 16.500.000,00

Na sequência, frisou que estão previstos recursos na ordem de R\$ 3.364.000,00 para o pagamento de débitos judiciais e extrajudiciais com a empresa Pirâmide Administração de Bens, o Instituto Nacional de Seguro Social, o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos, o Consórcio de Saneamento Ambiental e débitos trabalhistas, caso a Prefeitura venha a ser condenada nas ações judiciais que estão em trâmite.

Após terminar a leitura do anteprojeto de Lei, a Presidente salientou que a capacidade de investimentos do Poder Público dependerá também do comportamento da arrecadação e da assinatura de novos convênios com os Governos Federal e Estadual.

Antes de encerrar a reunião, a Presidente solicitou a suspensão da audiência pública pelo prazo de 10 (dez) minutos para um pequeno intervalo.

Reaberto os trabalhos, a Presidente deixou a palavra em aberto para sugestões. Não havendo nenhuma manifestação do público presente e, estando todos de acordo com o exposto, deu-se por encerrada a reunião e eu André Caleffi, lavrei e assinei _____ a presente Ata, seguida da assinatura da Presidente dos trabalhos e dos demais presentes abaixo:

**Lista de presença da Audiência Pública para discussão e
elaboração da LOA – Lei Orçamentária Anual - 2017.**

Nome:	RG	Assinatura
Caldeci Lys Henrique	14644045-6	
Dalbe July Guerra Luz	15.125.990-2	
Márcia Paula C.L. Luz	19.415.456-7	
Elisabete IB Leque	8748811-5	
PAULO AFONSO DE LAURENTIS	14470015(S)	
maíra R. Dias	33.144.986-9	
Emiliana C. Costa	44.583.068-2	
mariaávia F. Chiarotto	48.860.526-7	
Marcel R. Fadel	46.304.093-4	
Michelle O. Siqueira	42093638-2	
Michael P. P. P.	43093.668	
Christiane F. Henrique	21904462.4	
Samara Lima Luz	34.206.676-6	
Argel - Cp. M. Nunes	13.937.032-8	
Roberto Konelô	43.729.749-4	
V. Van R. Aguiar	27.296.279-4	
camila B. Gomes	28.749.630-2	
EDSON C.S. Botin	13.937.068(S)	
Jean Miro Gz.	34.206.7515	